



ISABEL BABO

As manifestações na Tunísia e no Egito em 2010-2011. A semântica dos acontecimentos nos media e o papel das redes digitais

Análise Social, 209, XLVIII (4.º), 2013

ISSN ONLINE 2182-2999

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa Portugal — analise.social@ics.ul.pt

As manifestações na Tunísia e no Egito em 2010-2011. A semântica dos acontecimentos nos *media* e o papel das redes digitais. No âmbito dos nossos estudos sobre a configuração mediática dos acontecimentos, empreendemos uma análise de notícias e discursos públicos que surgiram em torno dos tumultos na Tunísia e no Egito em 2011. Utilizamos como referências conceptuais e teóricas e como instrumentos de análise a semântica do acontecimento, na medida em que colocar um acontecimento “sob uma descrição” implica escolher um modo de o descrever, e uma seleção das operações de enquadramento. Prosseguimos com uma breve análise sobre a ação desempenhada pelas redes sociais ou *media* digitais, refletindo sobre a experiência mediada pela técnica e pelas ligações eletrónicas, que são diversas da experiência pública decorrente da ação coletiva situada.

Palavras-chave: acontecimento; análise de quadros; experiência pública; redes sociais.

The demonstrations in Tunisia and Egypt in 2010-2011. The semantics of events in the media and the role of the digital networks. Following our studies concerning media representation of events, we analyze the news and public speeches regarding the protests in Tunisia and Egypt in 2011. The conceptual and theoretical references and the instruments of analysis are: the semantics of events, to the extent that positioning them “under a description” implies choosing a way of describing them among possible others, and the operations of framing of events. We proceed with a brief analysis of the role of social or digital media that become the support of the protests; which leads us to reflect about the so-called “facebook revolution” that implicates an experience mediated by the technology and interaction in online connections, that is distinct from the public experience of the situated collective action.

Keywords: event; frame analysis; public experience; social media.

As manifestações na Tunísia e no Egito em 2010-2011. A semântica dos acontecimentos nos *media* e o papel das redes digitais¹

INTRODUÇÃO

Nos movimentos e protestos sociais que irromperam primeiro na Tunísia – a partir do acontecimento desencadeado a 17 de dezembro pelo jovem vendedor Mohamed Bouazizi que se imolou pelo fogo – e seguidamente no Egito, as redes digitais (Facebook, Twitter, YouTube)², redes sociais ou *media* sociais, apoiadas nas tecnologias eletrónicas, foram usadas como instrumentos das rebeliões. Nos discursos de jornalistas, escritores, comentadores e do público em geral, as redes sociais foram encaradas como tendo assumido um papel importante nos movimentos de revolta, chegando mesmo a falar-se em *revolução internet, revolução pacífica pela internet, revolução Facebook*.

Neste texto pretende-se analisar em que medida o uso destas noções organiza uma outra inteligibilidade do fenómeno, assim como mobiliza esquemas de interpretação e de receção que são próprios a espaços públicos plurais e mediáticos. Para conduzir tal análise tratarei a semântica e os quadros e operações de enquadramento do acontecimento, com base num breve *corpus* de notícias e artigos de *media* nacionais e estrangeiros onde vigoram relatos de jornalistas e artigos de opinião de especialistas, comentadores, atores sociais árabes e europeus.³ No âmbito deste texto não pretendo identificar e caracte-

1 Uma versão anterior foi apresentada no VII Congresso SOPCOM realizado de 15 a 17 de dezembro de 2011.

2 Trata-se das ligações eletrónicas em que existem novas possibilidades técnicas de circulação, produção, reprodução e receção de mensagens.

3 O *corpus* é composto por notícias e artigos dos seguintes *media* (ordenados por data): *Le Nouvel Observateur*, 12-01-2011 (versão *on-line*); *Le Monde*, 06-01-2011 (versão *on-line*); *L'Express*, 14-01-2011 (versão *on-line*); *Público*, 15-01-2011 (versão *on-line*); *Le Figaro*, 25-01-2011 (versão *on-line*); *Le Monde*, 26-01-2011 e 28-01-2011 (versão *on-line*); →

rizar uma visão árabe e uma visão europeia da leitura dos acontecimentos e confrontá-las, mas encetar uma reflexão sobre o uso da designação “revolução” e, especificamente, sobre o surgimento da expressão “revolução Facebook”.

Abordarei o surgimento de novas modalidades comunicacionais e jornalísticas que se ligam ao uso das redes digitais, com repercussões ao nível da comunicação nos espaços públicos e ao nível da mobilização dos atores, da ação coletiva e da experiência, da constituição dos públicos e dos meios de formação das opiniões.

SEMÂNTICA E OPERAÇÕES DE ENQUADRAMENTO DOS ACONTECIMENTOS

A identificação de um acontecimento mobiliza uma linguagem, um vocabulário, convenções, regras, normas, expectativas, usos e costumes e um conhecimento comum. Colocar o acontecimento “sob uma descrição” implica, como defendeu Elisabeth Anscombe (1981), escolher um modo de o descrever entre outros.⁴ Como recurso para a identificação do que se passa dispomos de um vocabulário, podendo dizer-se que a linguagem utilizada determina a identidade de um acontecimento “sob uma descrição”.

Nas descrições dos acontecimentos na Tunísia, identificam-se as ocorrências segundo um vocabulário que comporta as seguintes noções: *manifestação, confrontos, rebelião, sublevação, insurreição, desordem, tumultos sociais, movimento de protesto social, convulsão*, chegando-se à categoria *revolução* e às expressões *revolução tunisina, revolução de jasmim, revolução pacífica pela internet*. Os atores são *manifestantes, jovens contestatários, jovens diplomados desempregados, população* (massivamente presente nas ruas), o que conduz a falar-se em *revolta juvenil*.⁵ No caso do Egito, as descrições fazem-se em torno do seguinte vocabulário: *manifestação, situação explosiva, confrontos assassinos, pilhagens, anarquia*.⁶

→ *Libération*, 26-01-2011 (versão *on-line*); *Courrier International* n.º 181, março de 2011.

4 Na perspetiva da semântica natural da ação ou da semântica do acontecimento, a identificação de um acontecimento responde à questão *o quê?*; *o que é que se passou?* ou *de que é que se trata?* A resposta: trata-se de “uma manifestação”, de uma “sublevação”, de uma “revolução” coloca a identidade do acontecimento.

5 Madior Fall, 15-01-2011, *Jornal Sud Quotidien*, Dacar, in *Courrier International* n.º181, março 2011, p. 37.

6 “La tension est montée tout au long de la journée, et à la suite d’affrontements meurtriers entre policiers et manifestants, les autorités ont décrété un couvre-feu [...]. Cependant, une certaine anarchie continuait à régner vendredi soir dans la capitale égyptienne. Tandis que des soldats circulaient sur des camions militaire (et faisaient des signes de victoire à la →

Como em relação a outros acontecimentos, assiste-se a um crescendo em generalidade em que de *manifestações, protestos sociais e movimentos de rebelião* se passa às noções de *revolução, primavera árabe, hora da liberdade: “A hora da liberdade. O mundo árabe está em convulsão. Duas ditaduras caíram no mediterrâneo sul...”* (título *Courrier international* n.º 181, março 2011, p. 35). Há, assim, a aplicação de um quadro (*frame*) – os direitos públicos, especificamente a liberdade – e a mobilização de uma inteligibilidade retrospectiva (embora relativa a uma duração temporal curta) que possibilitam encarar o presente e o passado à luz de um devir e de um futuro, no caso à luz da expectativa e da convicção de um percurso em direção às liberdades públicas e privadas e ao “fim das ditaduras”.

Os acontecimentos humanos ou os movimentos sociais eclodem e desenrolam-se ao nível da ação e da organização da experiência pública, assim como ao nível da configuração discursiva e narrativa e ao nível da receção, e são mobilizados esquemas de compreensão e de interpretação que remetem para reportórios culturais e históricos, para usos e costumes, para formas coletivas de reagir e de experienciar. Falar de manifestações, de movimentos de protesto social, de distúrbios sociais, de confrontos, supõe a mobilização de “esquemas de interpretação” e de “quadros de receção” (Esquenazi, 2006) que dão sentido à compreensão recetiva. Os atores sociais, ao nível da ação coletiva e da produção do fenómeno, e os públicos constituem “comunidades de interpretação”, existindo diferentes “comunidades de interpretação” assim como comunidades de ação e de receção heterogéneas. As operações de enquadramento (Goffman, 1991 [1974]) que organizam a experiência e orientam a ação, ativam “esquemas interpretativos” que nos possibilitam dotar de sentido uma situação ou acontecimento, ou um ou outro aspeto da mesma, e permitem-nos “localizar, perceber, identificar e classificar um número aparentemente infinito de ocorrências entrando no seu campo de aplicação” (*idem*, p. 30).

Para Goffman, os “quadros da experiência” organizam-na em termos cognitivos, normativos e práticos. A noção de “quadro” (*frame*) (Goffman, 1991 [1974]) constitui um sistema de referências e de coordenadas, de esquemas mentais e regras que correspondem ao modo como a atividade é organizada. A análise dos quadros (*frame analysis*) constitui uma abordagem cognitiva e normativa, tanto quanto uma abordagem pragmática.⁷

population encore massivement présente dans les rues), plusieurs scènes de pillages ont été signalées” (Le Monde.fr avec AFP et Reuters | 28-01-11 | 16h59 • Mis à jour le 29-01-11 | 10h01).

7 “A partir do momento em que compreendemos o que se passa, a isso conformá-mos as nossas ações e podemos constatar em geral que o curso das coisas confirma essa →

Estes quadros fundamentais de que dispomos, e que funcionam como esquemas de compreensão, existem como elementos de uma cultura. Os atores sociais que aplicam os quadros de organização da experiência, assim como os públicos e os *media* que utilizam quadros de percepção, de categorização e de interpretação operam uma inscrição social e cultural na medida em que os enquadramentos se fazem dentro dos sistemas de referências socioculturais. As operações de interpretação e narrativização dos acontecimentos utilizam esses referenciais que encerram princípios morais, éticos, cívicos, políticos, económicos e estéticos, que permitem compreender situações, captar significações, elaborar justificações e argumentações, organizar ações e reivindicações, e que são, como dissemos, cognitivos, normativos e práticos.⁸ Nos casos desencadeados na Tunísia e no Egito, trata-se de movimentos sociais de contestação que colocam a questão dos direitos públicos e, particularmente, das liberdades democráticas:

O crepúsculo dos ditadores. A atual onda de contestação pode não pôr fim a todas as tiranias de África. Contudo, nada será como dantes. Os déspotas já não podem dormir descansados [título *Courrier International* n.º 181, março 2011, p. 36].

Estaremos a assistir a novas revoluções sociais, com consequências políticas e económicas seguramente perturbadoras em todo o continente? [...] [Os povos] reclamam a liberdade de participar, enquanto homens emancipados, instruídos e ativos, na vida plena dos seus Estados, das suas nações, de controlar os seus governos e governantes – em suma, a liberdade de participar na qualidade de cidadãos livres e conscientes [Madior Fall, 15-01-2011, Jornal *Sud Quotidien*, Dacar, in *Courrier International* n.º 181, março 2011, p. 37].

Os reportórios conceptuais e culturais mobilizados organizam uma gramática de produção do discurso mediático e uma gramática de reconhecimento mediante esquemas de interpretação, conhecimento comum e capital cultural partilhado.⁹

→ conformidade. São estas premissas organizacionais – que nós confirmamos quer mentalmente quer pela nossa actividade – que eu designo o quadro da actividade” [Goffman, 1991 [1974], p. 242].

8 Babo-Lança (2007).

9 Eliseo Véron (1988, 2006) discorre sobre a gramática de produção do discurso mediático e a gramática de reconhecimento. Segundo ele, o *zapping*, por exemplo, é uma estratégia de receção no sentido da adaptação à multiplicação da oferta. Há, com efeito, uma gramática de produção (regras da ação e regras de produção do discurso mediático no jornal, livro, filme, emissão televisiva, etc.) e regras de reconhecimento ou uma gramática de reconhecimento →

ENQUADRAMENTO DOS ACONTECIMENTOS NA TUNÍSIA. DOS PROTESTOS À “REVOLUÇÃO DE JASMIM”.

Se um país devesse dar à luz a primeira revolução democrática árabe, devia ser este. E foi este! [...] Porque o acontecimento poderia ser de grande alcance. Pela primeira vez desde o fim das ditaduras da Europa do Sul, nos anos 1970, “a rua árabe”, a respeito da qual se comentou tanto, entornou o caldo. Aí está a Revolução de jasmim [“Tunisie: le goût amer de la Révolution de jasmin”, por Pierre Vermeren¹⁰, *L'Express*, 14-01-2011].

É a primeira revolução pós-colonial no mundo árabe! Da auto-imolação de Bouazizi a 17 de dezembro ao derrube de Ben Ali a 14 de janeiro. Revolução de jasmim!”, escreveu no Facebook Mona Eltahawy, investigadora e comentadora egípcia. Nos últimos dias, os protestos começaram a ser chamados “Revolução de Jasmim” nas redes sociais da Web.

“Mostra, em todo o caso, que as revoluções de veludo são possíveis no mundo árabe”, disse, em entrevista ao jornal *Le Monde*, Larbi Chouikha, politólogo e membro da Liga Tunisina dos Direitos Humanos [Título: “Presidente Ben Ali aterrou na Arábia Saudita. Tunísia: 29 dias de revolta derrubam 23 anos de ditadura”. *Jornal Público*, 15-01-2011 - 00:01 por Sofia Lorena].

Uma diferente organização da experiência, do sentido e da inscrição sócio-cultural, histórica e económica, assim como das expectativas e das interpretações morais, éticas, cívicas e políticas, consiste em falar do que se passa como *manifestações e protestos* ou como *revolução, revolução de jasmim, revolução democrática árabe, revolução de veludo, revolução pós-colonial*.

Começamos pela noção de “revolução”. Há no uso desta categoria histórica a utilização de um quadro fundamental (*master frames*), no sentido empregue por Snow e Benford (1992) quando aplicam a *frame perspective* ao estudo dos movimentos sociais. Snow (2001), por exemplo, interessa-se pelo “trabalho da significação” em que se empenham os militantes e os participantes num movimento social. A noção de “*master frames*” pode servir para referir quadros fundamentais como, por exemplo, a linguagem dos direitos cívicos. Mas falar em “revolução” remete principalmente para a semântica dos tempos modernos (Koselleck, 1990), para a ideia de devir, de processo, de descontinuidade, de futuro, de história.

mediante interpretantes, conhecimentos coletivos e capital cultural partilhado, estratégias de receção. Como existem operações semióticas ativadas na produção do sentido que é a receção de um discurso mediático.

10 Historiador do Maghreb e professor na Universidade Paris-1.

Koselleck examina a estrutura temporal dos conceitos históricos: “os conceitos, tal como os factos históricos que eles devem articular, têm eles próprios uma estrutura interna temporal” (1990, p. 293)¹¹. Propõe, assim, uma leitura das características que delimitam o campo conceptual da revolução desde 1789 (*idem*, p. 70 e segs.): 1) a revolução concentra-se num singular coletivo que subsume as revoluções particulares, convertendo-se num conceito meta-histórico que se torna num princípio regulador para o conhecimento e para a ação, e que ordena as experiências históricas sofridas e desorganizadoras; a que se seguem outras características: 2) experiência de uma aceleração do tempo ligada ao progresso; 3) convergência entre os conceitos de *reforma* e de *revolução*, que resulta no comprometimento numa planificação do estado futuro da sociedade; 4) o horizonte do futuro ordenado pelas ideias de evolução e emancipação social, cujo efeito alterou a relação com o passado, degradando-a; 5) “a história do futuro torna-se a história da revolução” (*idem*, p.73), na medida em que a ideia moderna de revolução projeta uma dimensão temporal de “revolução em permanência” e espacial de alargamento a uma revolução mundial; 6) surge a categoria nova do “revolucionário”, subordinada à ideia de que os seres humanos podem fazer revoluções; 7) verifica-se a legitimação histórica do direito à revolução, sobre a base da filosofia da história.

A aplicação da categoria histórica *revolução* aos acontecimentos na Tunísia e no Egito confere, por um lado, legitimidade à guerra civil, por outro lado, inscreve esses mesmos acontecimentos na mudança rumo a um progresso. Usada isoladamente, a noção de revolução organiza a experiência do presente subordinando-a à expectativa de um futuro moldado pela mudança social. Nas expressões *revolução de veludo*, *revolução de jasmim*, *primavera árabe*, *revolução democrática árabe*, *revolução pós-colonial no mundo árabe*, as manifestações, os protestos e a sublevação inscrevem-se em temáticas e processos históricos que são: “a revolução de veludo” em 1989 na antiga Checoslováquia, a “revolução dos cravos” em 1974 em Portugal, a “primavera de Praga” em 1968. Assim como se opera ainda a aplicação de um “quadro fundamental” que confere consistência moral, cívica e política aos acontecimentos, e reporta o sentido dos mesmos à experiência de um tempo histórico: os movimentos de democratização na segunda metade do século xx. É por isso que Koselleck assevera que a estrutura da consciência histórica está presente na receção de um acontecimento.

A designação *primavera árabe* – que se reporta à primavera de Praga, dado o carácter do movimento jovem na rua, sem contudo lhe associar o fracasso da

11 Koselleck analisa a linguagem da história e a semântica conceptual que individualiza os acontecimentos assim como a estrutura temporal desta linguagem.

mesma – resulta de um uso público da memória coletiva europeia que enquadra assim num *frame* de referências culturais e históricas a afetação vivida na experiência pública pelas *impressionantes* manifestações:

“O mundo árabe festeja a sua primavera” [Título, editorial *Courrier International* n.º 181, março 2011, p.7].

Trinta anos de ditadura de Ben Ali caíram nas ruas das cidades tunisinas. No Egito, Mubarak não resistiu a 18 dias de enchentes na Praça Tahrir. No mundo árabe inteiro, as ditaduras estremeceem perante a possibilidade de repetição das mais *impressionantes* manifestações, seja pela sua dimensão, seja pelo seu relativo pacifismo. O Nobel da Paz, Mohamed El Baradei, figura eminente da oposição egípcia, falou de uma *primavera árabe*, fazendo referência à primavera de Praga, de 1968 [*Courrier International* n.º 181, março 2011, p. 7].

Simultaneamente, esta generalização permite passar do contingencial e ocasional – as manifestações de rua enquanto acontecimentos *aqui e agora*, situados e experienciados – ao histórico, dotado de sequencialidade e ligação entre ocorrências. Porque falar em *revolução* ou em *primavera árabe* – i. e., em processo, devir, interconexão entre factos ou ocorrências – implica sair do domínio singular e contingencial do acontecimento para entrar no campo da história (na noção moderna de história), como se o futuro já tivesse sucedido e o devir das ocorrências fosse conhecido. À sucessão de acontecimentos é conferida uma interligação e uma continuidade que forma uma história, a qual, como sustenta H. Arendt (1990, p.114), “pode ser restituída por uma narrativa inteligível desde o momento em que os acontecimentos recuaram para o passado”. Porque não há história do presente (Koselleck, 1990) e é preciso um mínimo de distância temporal para fixar a identidade de um acontecimento. É indispensável que as suas consequências se tenham desenrolado e ocorrido.

As expressões *revolução de jasmim*, *revolução democrática árabe* e *revolução da dignidade*, em particular, vaticinam um processo pacífico e uma abertura a um rumo possível que é o quadro ético-jurídico do Estado de direito democrático.¹² Essas expressões ordenam uma receção dos acontecimentos que tende

12 “Donde vem a ‘revolução de jasmim?’” [título]

“Descrevendo a mudança de poder na Tunísia, a expressão suscita numerosos comentários. Havia a “revolução dos cravos” para designar a revolução portuguesa de 1974, será que a história adoptará a expressão ‘revolução do jasmim’ para designar a queda de Ben Ali a 14 de janeiro de 2011? Isso não é certo, porque se a expressão é muito apreciada pelos meios de comunicação, há vozes que se levantam para contestar a exatidão. Na origem, a expressão é reivindicada pelo jornalista tunisino Zied El Hani. Este último explica ter redigido um texto intitulado →

a interpretá-los sob o desígnio do caminho para a progressiva conquista de liberdades públicas e democráticas por parte de populações oprimidas.

Tal leitura prevalecente – que aplica um quadro histórico europeu a um presente heterogéneo – situa-se, não obstante, num campo de possíveis que, não sendo ilimitado, contém outras possibilidades, tais como o controlo por parte de juntas militares ou de poderes religiosos, “experiências originais”, “repressão sangrenta” ou uma “longa era de turbulência”:

Há quem a designe por Revolução de Jasmim. Para já, no entanto, a agitação incessante na Tunísia, de longa data o mais neutro em termos políticos de entre os países árabes, não evoca as flores de aroma adocicado que os homens costumam aqui usar com desenvoltura atrás da orelha. O que se passa cheira mais a suor, gás lacrimogéneo e borracha queimada, e surge junto dos tunisinos tanta angústia quanto orgulho ou satisfação.

Não se lhe pode chamar exatamente uma revolução, pelo menos por enquanto. [...] No entanto, com 78 civis mortos, segundo os números oficiais, e com protestos de rua a entrar na sexta semana, é decerto mais do que uma revolta.

[...] E ninguém sabe para onde caminharão os conflitos na Tunísia: transição para a democracia multipartidária, golpe militar, ou longa era de turbulência? [*Courrier international* n.º 181, março 2011, p. 45; 20-01-2011, Revista *The Economist*, Londres].

Na verdade, em vários discursos públicos existe a perceção da complexidade da situação que se vive na Tunísia e no Egito e do uso generalizador ou “simplificador” das categorias, sobretudo nos *media* de massa (jornais e televisão, em particular). A expressão “revolução de jasmim” terá prevalecido nos *media* ocidentais, mesmo se utilizada por intelectuais tunisinos ou árabes. Torna-se inteligível que os mesmos acontecimentos podem ser relatados diferentemente em função do ponto de vista e de enquadramentos com reportórios de carácter cultural, ideológico, político, moral, ético, estético, etc., assim como da linguagem utilizada para os descrever, como é realçado na seguinte crónica:

→ ‘Revolução de jasmim’, que diz ter escrito antes da fuga de Zine El Abidine Ben Ali sob a pressão da rua. Este texto foi colocado na rede a 13 de janeiro no seu blogue intitulado “o jornalista tunisino”, que era bloqueado na Tunísia antes do recente levantamento da censura na Internet”. [...]

“Uma nova expressão do tempo na história” (sub-título)

Desde 14 de janeiro, a expressão espalhou-se nas redes sociais e nomeadamente no Facebook, onde se formou uma vintena de grupos com títulos próximos de “a revolução de Jasmim”. O mais popular entre eles, “a Revolução de Jasmim (Tunísia)” compreende 550 membros” (“Donde vem a ‘revolução de jasmim?’” por Frédéric Frangeul *Europe1*, 17 de janeiro de 2011; publicado a 17-01-2011, 18h27).

Na quase totalidade da imprensa francesa, do *Libération* ao *Courrier International* passando por *Le Figaro*, a expressão “revolução de jasmim” vinga desde há alguns dias. Para Serge Kaganski nos *Inrockuptibles*, “este jasmim de inverno perfuma também as nossas democracias”. Enquanto o escritor francotunisino Abdelwahab Meddeb considera no *Le Monde* que “temos com esta ‘revolução jasmim’ uma nova expressão do tempo na história.

[...] No entanto, alguns consideram a expressão inadequada. É o caso do jornalista de *Mediapart* Oliveira Malaponti. “Esquecemo-nos que há sangue, medo, mortes, feridos, famílias em luto?”, escreve. “O jasmim é branco, cheira bem, é belo, puro... Em nenhum caso os Tunisinos empregam neste momento a expressão ‘revolução de jasmim’”, sustenta, lamentando “uma simplificação jornalística, um cliché, um estereótipo criado pelos meios de comunicação ocidentais” (“Donde vem a ‘revolução de jasmim?’” por Frédéric Frangeul, *Europe1*, 17-01-2011; publicado a 17-01-2011, 18h27).

A designação *revolução de jasmim* não dá conta da experiência pública que se vive na “rua árabe” – mesmo admitindo que existem diferentes graus de experiência. Ora a significação de um acontecimento liga-se à experiência e exploração do mesmo, ao modo como a sua ocorrência afeta alguém ou uma comunidade, como ele é sentido, às reacções que provoca e às suas consequências. Sendo de realçar que as consequências às quais o acontecimento dá lugar integram a sua própria história. Assim como o devir de um processo em curso detém sempre contingências circunstanciais e uma dimensão de indeterminação num campo de possíveis. Acontece que essa indeterminação é suprimida nas expressões *revolução de jasmim*, *revolução de veludo*, *revolução democrática árabe*, porque estas enquadram o acontecimento e o seu devir num quadro referencial histórico dotado de um futuro.

Uma outra designação das ocorrências destaca o poder do *medium*, podendo colocar-se a questão de saber se a mediação pelos *media* interferiu na experiência coletiva e em que medida a irrupção pública do acontecimento e o seu devir foram devedores da conectividade e interatividade das redes tecnológicas digitais.

AS REDES SOCIAIS E A “REVOLUÇÃO FACEBOOK”

É uma revolução internet, ao ponto que aqui na Tunísia as pessoas preferem falar de uma revolução Facebook do que da revolução do jasmim, termo julgado desapropriado e sobretudo um tanto folclórico. Então porquê Facebook? Porque sem a rede social americana e o seu pequeno irmão twitter, não somente o mundo não teria tido eco dos massacres de Kasserine, esta cidade mártir do oeste tunisino, mas ainda a mobilização dos manifestantes não teria sido possível, ou então não teria tido a mesma amplitude. Teria sido menos simples neste país muito policial, muito vigiado. No auge dos acontecimentos, os

tunisinos publicaram no facebook os vídeos dos massacres das manifestações. Cada notícia, cada informação importante era imediatamente repercutida a centenas de milhares de pessoas na Internet ou por sms (Short Mensagem Serviço) [“Slim Amamou, blogueur devenu ministre”; RFI, artigo publicado terça-feira 25-01-2011].

A ação desempenhada pelo uso das redes sociais, internet e telemóveis, a par dos meios tradicionais, como a televisão por satélite, introduz novas modalidades comunicacionais no espaço público, que se subtraem aos dispositivos clássicos. Na medida em que os *media* tradicionais (imprensa escrita e audiovisual) submetidos ao poder e sem liberdade para criticar o regime vigente, são os *media* digitais ou as redes sociais que se tornam o suporte comunicacional e de informação das manifestações. Estas ligações e novas modalidades comunicacionais e também jornalísticas tornam-se utensílios nas formas do público a vários níveis: ao nível da multiplicação das mediações, ou seja, dos meios e dispositivos usados na circulação e troca de informações e notícias, e dos meios de formação das opiniões públicas (no plural); ao nível da pluralização (e fragmentação) dos espaços públicos (locais, regionais, nacionais, internacionais; políticos, culturais, constituídos por questões de cidadania, etc.); ao nível da diversidade dos públicos. O espaço público é menos a esfera normativa de uma discussão racional ligada ao uso de uma razão argumentativa e de formação de *uma* opinião pública (Habermas, 1986 [1962]). É sobretudo um espaço de troca comunicacional, de ligações, de partilha de informações, interpretações e significações, de ação, de visibilidade e exposição de si (nos protestos, manifestações e ações públicas). É plural. É constituído por uma cena pública enquanto lugar de experiência e ação coletiva e pelas redes comunicacionais onde as vozes se pluralizam, com novas possibilidades técnicas de circulação, produção e reprodução, a par dos *media* tradicionais (imprensa escrita, rádio e televisão). Ou seja, na Tunísia e no Egito (como na Grécia, em Londres – nos tumultos de 2011 – e em outras partes do mundo) os espaços públicos comunicacionais e de ação coletiva são trespassados pelos traços que caracterizam a era digital: fluxo, travessia, plasticidade, espaço global. A internet, dada a sua virtualidade infinita, possibilita uma comunicação universal e uma visibilidade sem os constrangimentos (não ilimitados) decorrentes da gestão ou monopólio, no caso das sociedades tunisina e egípcia, do uso da palavra por parte dos poderes públicos.

As redes sociais (Twitter, Facebook, YouTube) tornam-se os utensílios eleitos para lançar as palavras de ordem, coordenar as manifestações e ajuntamentos em tempo real, manter os protestos em linha, difundir as imagens das manifestações e da repressão, criar logos e imagens. Os logótipos da bandeira tunisina floresceram nos perfis Facebook em sinal de resistência entre os

internautas, enquanto o portal Nawaat.org se tornou o ponto de reunião digital dos que procuravam informações sobre os acontecimentos recentes. A interface – *a web* –, converteu-se em lugar do exercício da liberdade e da cidadania, face à inexistência de um espaço público democrático.¹³ Esta é a percepção que alguns atores sociais e intelectuais têm dos acontecimentos, cuja natureza integra as virtualidades das ligações que as novas tecnologias possibilitam.¹⁴ Questionado pelo *Le Nouvel Observateur*, o escritor tunisino Abdelwahab Meddeb declara:

Nós assistimos à primeira revolução pacífica pela internet. É um acontecimento inaugural [...]. O efeito do que se passou na Tunísia será *considerável*. Os povos no Egito, na Argélia, na Líbia e algures estremeçam de impaciência. E os ditadores tremem. A nova velocidade dos acontecimentos faz mudar a história [*Le Nouvel Observateur*, 12-01-2011].

Além de outras questões que poderíamos colocar, tais como avaliar a dimensão da revolução tunisina como “acontecimento fundador” ou “inaugural” a partir do qual um novo curso de ocorrências ou um devir histórico se inicia, o que se convoca aqui para reflexão, no âmbito da perspectiva adotada, é a ideia de a rede social – a internet – constituir a mediação das mobilizações, incorporando-se à experiência pública.

O que nos leva a indagar em que consiste a experiência. Para John Dewey (1994), a experiência é uma transação subjetivante e objetivante entre um organismo e o seu meio ambiente, ou entre um indivíduo e aquilo que, naquele momento, são as condições do meio com as quais ele entra em relação, i. e. a sua situação.¹⁵ Há uma dimensão total e englobante da experiência que

13 “E para dar uma ideia da amplitude do fenómeno, há dois milhões de contas Facebook na Tunísia para apenas onze milhões de habitantes” (“Slim Amamou, blogueur devenu ministre”, RFI, 25-01-2011).

14 Manuel Castells, em entrevista a Jordi Rovira (*Observatório da Imprensa*) exalta o papel das novas tecnologias e especialmente das redes sociais nos movimentos de rebelião e nas novas possibilidades de fuga à censura: “Os meios de comunicação passaram semanas centrando a sua atenção na Tunísia no Egito. [...] as novas tecnologias jogam um papel chave primordial — em especial, as redes sociais, que permitem superar a censura. [...] a transformação das tecnologias de comunicação cria novas possibilidades para a auto-organização e a auto-mobilização da sociedade, superando as barreiras da censura e da repressão impostas pelo Estado. Claro que não depende apenas da tecnologia. A internet é uma condição necessária, mas não suficiente” [Jordi Rovira, *Castells, sobre Internet e Rebelião: “É só o começo”*. Entrevista de Manuel Castells a Jordi Rovira, 1.º de março de 2011).

15 “Toda a experiência é o resultado da interação entre um ser vivo e um aspeto qualquer do mundo no qual ele vive” (Dewey, 2010 [1934], p. 94). O meio envolvente, ou a situação, na teoria de Dewey, dizem respeito a quaisquer condições que interagem com necessidades pessoais, desejos, objetivos e capacidades para criar a experiência.

inclui o sujeito e o objeto, envolve tanto um conteúdo como a maneira como é experienciado e que se move num eixo de atividade e passibilidade ou receptividade.

Em *Art as Experience*, Dewey faz incluir na experiência a unidade ou a relação da ação e da recepção, do que é feito e do que é sentido, da sensibilidade e do intelecto. Por isso, no seio da organização da experiência há um ato complexo de estruturação que organiza a situação, a ação e as suas condições; abarca a passividade e a atividade, o sentir, o padecer e a afeção. A experiência engendrada pela pessoa que age (aspeto ativo) tem consequências que são padecidas (aspeto passivo), podendo uma experiência atingir aquele que a sofre, suporta, ou por ela é submergido.

A experiência é constituída por contextos históricos, sociais e políticos e define-se por situações e episódios que, como observa Dewey, qualificamos de “experiências reais”. Forma um todo, comporta o seu próprio começo e o seu fim – de acordo com um fluxo geral que supõe o presente, o passado e o futuro –, destaca-se do que a precede e daquilo que lhe sucede e possui características que a individualizam.¹⁶ A experiência liga entre si todos os elementos e objetos de que os indivíduos estão precetivamente conscientes, constituindo um todo. Tem por isso um valor intrínseco. É singular, tem uma unidade (as emoções conferem unidade à experiência) e uma identidade própria.

A experiência é também, como adverte Louis Quéré (2011, p. 30), “o lugar de uma formação e uma transformação de si mesmo (*ipséité*), via uma compreensão de si posta à prova pelos acontecimentos que compreendemos”. Pode acontecer, por exemplo, que a experiência do acontecimento revele os próprios agentes a si próprios, os faça compreender quem são, quais são as tensões, conflitos, contradições que agem neles. Por sua vez, ao nível da experiência pública, existe um modo de organização da experiência próprio do registo da ação pública, com procedimentos específicos de avaliação, redução da indeterminação das situações, problematização e apropriação dos acontecimentos. Como é um processo em devir, a experiência requer um ato de composição de elementos heterogéneos para formar uma totalidade.

Pode perguntar-se se a mediação dos *media* altera essencialmente a experiência. Nas redes a experiência é necessariamente de uma outra ordem,

16 “Acontece muitas vezes, contudo, que a experiência vivida seja rudimentar. Há coisas de que fazemos uma experiência, mas não de maneira a compor uma experiência. [...] Diversamente deste tipo de experiência, vivemos *uma* experiência quando a matéria que constitui objeto da experiência vai até ao fim da sua realização. É somente nesse momento que a experiência é integrada num fluxo global, distinguindo-se de outras experiências. [...] Uma tal experiência forma um todo; possui em si características que a individualizam e basta-se a si mesma. Trata-se de *uma* experiência” (Dewey, 2010 [1934], pp. 80-81).

integrando outro tipo de condições, tais como o ambiente de interfacialidade que desmaterializa em certa medida a própria mediação e as tradicionais oposições entre sujeito e objeto, ação e recepção, pela própria ativação do recetor. Tal como suprime a oposição clássica entre passibilidade e atividade, que Dewey diluiu no carácter englobante e total de *uma* experiência.

Nos casos aqui reportados, a experiência pública, vivenciada nas ruas, mantém-se como o lugar por excelência da ação pública, mas comporta todavia fatores das mediações tecnológicas que intervêm como elementos de fluidez, imediatez, expansão e difusão ilimitadas. A internet é o lugar de uma experiência mediada, da simulação da proximidade, do devir, da desterritorialização, sendo também o meio pelo qual interesses pessoais e coletivos (desejos, motivos, crenças, expectativas, receios, compromissos) são divulgados e partilhados. A experiência incorpora assim a mediação de meios tecnológicos eletrónicos. No caso que analisamos, a internet foi o lugar de simulação de proximidade, de comunhão, de instantaneidade, e o meio que impulsionou e ampliou a mobilização. Como foi identificado pela própria imprensa escrita:

A internet desempenha sem dúvida um grande papel não somente na divulgação das informações, mas igualmente na mobilização dos manifestantes. A rede social Facebook, em especial, foi determinante na amplitude do movimento. Também circularam muitos vídeos sobre as manifestações, incluindo as exéquias de Mohamed Bouazizi.

No entanto, é forçoso, evidentemente, tomar com precaução todas estas informações. Joga-se igualmente neste momento na *web* uma batalha entre o regime, que tenta censurar, e internautas, que atacam os sítios oficiais tunisinos [Isabelle Mandraud, Tunisie: «Un silence embarrassé prévaut en Europe », Le Monde.fr, 06-01-11].

Cairo: O Egito conheceu, terça-feira, uma jornada de mobilização sem precedentes na história recente do país contra o regime do presidente Hosni Moubarak, no poder desde há 29 anos. O maior ajuntamento teve lugar na praça Tahrir, no centro do Cairo: 15 000 manifestaram-se na capital, onde 20 000 a 30 000 polícias tinham sido mobilizados.

Como tinha sido o caso na Tunísia, os *media* sociais, e nomeadamente Twitter, desempenham um papel de primeiro plano na organização do movimento e na divulgação de informações e de imagens. Vários vídeos amadores postados nas interfaces testemunham a importância da mobilização [Le Monde.fr, 26-01-11].

Blogueiros empenhados tornam-se figuras emblemáticas dos protestos, como Slim Amamou (conhecido pelo seu nome no Twitter, Slim404) que agregou mais de 14 000 amigos. As redes sociais são referidas pelos *media* tradicionais (jornais, televisão, rádio) como os pilares que permitiram a derrocada do regime de Ben Ali, na Tunísia, e de Moubarak, no Egito. Pode dizer-se que os

acontecimentos na Tunísia e no Egito foram vividos e experienciados em duas esferas distintas: ao nível da ação coletiva e da experiência pública nas praças e nas ruas, ao nível das experiências mediadas pelas “conexões” do “*on-line*”, de “*links*” e de interfaces. Quando as ligações eletrónicas convocam a rua:

Lançada no Facebook, uma palavra de ordem de sublevação por ocasião da Festa da polícia vai esta terça-feira ter a prova da rua. 80 000 internautas prometeram manifestar-se.

A revolução virtual pode tornar-se real? Os egípcios terão um início de resposta hoje, proclamado “dia da revolução” pelos jovens oponentes ao regime de Hosni Moubarak [Le Figaro.fr 25-01-2011].

O grupo de militantes pro-democracia, o “Movimento de 6 de abril”, [...] convocou os egípcios, na sua página Facebook, a reunir-se na grande praça Tahrir do Cairo, onde 10 000 pessoas, de acordo com números oficiais, já se haviam manifestado terça-feira, bradando “*o povo quer o fim do regime*” [Libération.fr, 26-01-2011; Fonte: YouTube/*The Daily News Egypt*].

As redes digitais tornaram-se o suporte comunicacional dos movimentos sociais e estes sofrem eles próprios alterações. Tendem à instantaneidade e espontaneidade e perdem lideranças que se tornam flexíveis e anónimas. *A revolução virtual* alinha com a rua e a rua convive com o ritmo das redes, embora à internet presida uma outra relação ao espaço – espaço de fluxos (Castells, 1999), desterritorialização e “reterritorialização” –, e uma outra relação ao tempo – velocidade (Virilio, 1988) –, simultaneidade, instantaneidade e comunicação em tempo real que simula a proximidade e esbate as distâncias.

Manuel Castells, que fala em “wikirrevoluções”, considera que, na lógica comunicacional dos manifestantes no século XXI e nas ligações tecnológicas que lhes servem de suporte, existe algo da ordem de uma “auto-comunicação de massas”¹⁷, apesar de ser um conceito contraditório nos seus termos.¹⁸

17 (Manuel Castells) «(...) As raízes da rebelião estão na exploração, opressão e humilhação. Entretanto, a possibilidade de rebelar-se sem ser esmagado de imediato dependeu da densidade e rapidez da mobilização e isto relaciona-se com a capacidade criada pelas tecnologias do que chamei de “auto-comunicação de massas”. (...) Há 2 bilhões de internautas no planeta, bilhões de usuários de celulares. (...) O importante das “wikirrevoluções” (as que se auto-geram e se auto-organizam) é que as lideranças não contam, são puros símbolos» (Jordi Rovira, *Castells, sobre Internet e Rebelião: “É só o começo”*. Entrevista de Manuel Castells a Jordi Rovira, 1.º de março de 2011).

18 O conceito utilizado por Castells impõe reflexões de caráter teórico que não cabem no intuito deste texto. Diremos somente que é o próprio conceito de massa que se aqui vê →

Impõe-se-nos advogar que se as redes sociais se tornam o suporte comunicacional dos movimentos sociais e estes sofrem alterações, tendendo à instantaneidade, à espontaneidade, perdendo em lideranças que se tornam flexíveis e anónimas, também é verdade que as manifestações e sublevações em Tunes e no Cairo foram convocadas por atores sociais e vividas como situações problemáticas ao nível da ação pública e dos movimentos sociais na rua. Ora, as consequências das manifestações e a partilha desses efeitos nos espaços comuns serão dimensões determinantes na constituição da experiência pública.

EM DISCUSSÃO

Assim como qualquer *frame* constitui um sistema de referências e coordenadas, o quadro *revolução Facebook* organiza uma outra inteligibilidade do fenómeno, mobiliza reportórios culturais e cívicos e ações de resposta distintos de *revolução de jasmim* ou *primavera árabe*. A *revolução internet* remete para a interatividade nas ligações eletrónicas, que sustentam as redes sociais, entre atores jovens que se constituem em atores coletivos ou em públicos que se mobilizam no ciberespaço e manifestam nas ruas. Há um vaivém entre a experiência mediada pela técnica e a experiência pública decorrente da ação coletiva *aqui e agora*, situada. Entre o uso das redes sociais, ou a experiência tecnologicamente mediada, e o dar-se a ver ou mostrar-se (Dayan [2002] fala em *atos de mostração*), o experienciar, sofrer e padecer. Entre as notícias, informações, comentários e imagens no espaço global, sob o regime da produção e reprodução tecnológicas e da plasticidade, e a experiência pública dos grupos que descem à rua, manifestam-se, protestam, confrontam-se com a polícia, permanecem em vigílias.

Os acontecimentos na Tunísia e no Egito (e no Médio Oriente) foram vividos e experienciados ao nível da experiência pública e da ação coletiva nas praças e nas ruas e ao nível das “conexões”, do “*on-line*”, da “interatividade”, de “*links*” e de interfaces no ciberespaço. Nota-se a existência de um vínculo (em graus diversos) entre o espaço digital e o espaço histórico. Não se trata de um novo espaço público auto-técnico remetendo para si mesmo, antes de uma vinculação entre as tecnologias e a ação pública (com diferentes graus de repercussão nos modos de relação em geral, aos outros, aos objetos, à realidade social).

alterado, porque o autor incorpora um princípio de (inter)atividade na comunicação de massa, contra toda a análise e discussão clássicas da *Mass Communication Research*, em que a massa é amorfa, passiva, receptiva. A “auto-comunicação de massas” também articula a individualidade com a massa.

Nos casos das revoltas na Tunísia e no Egito podemos alvitrar que as novas mediações das mobilizações, da ação coletiva e da experiência pública instituem espaços públicos de exercício do protesto e da cidadania que são flexíveis, voláteis e relativamente autónomos em relação aos poderes instituídos. Isso foi designado como *revolução Facebook* (ou “wikirrevolução”, na expressão de Castells), auto-gerida e auto-organizada. Conquanto nos interesse enfatizar as revoltas mantêm a ligação aos contextos e situações (*aqui e agora*), são padecidas e vividas ao nível da ação coletiva e da experiência pública, e utilizam ainda, como aqui analisamos, a semântica dos tempos modernos e da história. Tal como no passado, as rebeliões e os movimentos sociais inscrevem-se num campo de possíveis em que o futuro não está determinado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANSCOMBE, E. (1981), “Under a description”. In *Philosophical Papers*, vol. 2, Minneapolis, University of Minnesota Press, pp. 208-219.
- ARENDET, H. (1990 [1954-1968]), *La Crise de la culture*, Paris, Gallimard.
- BABO-LANÇA, I. (2007), “Processos de enquadramento do problema público. O caso Madeleine McCann”. Revista *Trajectos*, 11, pp. 47-66.
- CASTELLS, M. (1999), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – A Sociedade em Rede*, São Paulo, Paz e Terra.
- CASTELLS, M. (2011), “A era das wikirrevoluções”. Entrevista a Manuel Castells por Jordi Rovira. In *Jornal de Debates*, edição 632], terça-feira, 07-02-2012.
- DAYAN, D. (2002), “Les médias visuels et leurs publics”. *Les Cahiers du Collège Iconique*, Paris, INA, pp. 183-223.
- DEWEY, J. (1994), *Democracy and Education*. HTML markup copyright ILT Digital Classics [1916] www.ilt.columbia.edu/publications/dewey.html/.
- DEWEY, J. (2001 [1916]), *Democracy and Education* [Versão eletrónica], The Pennsylvania State University.
- DEWEY, J. (2010 [1934]), *L'Art comme expérience*, Paris, Folio, Gallimard.
- ESQUENAZI, J.-P. (2006), *Sociologia dos Públicos*, Porto, Porto Editora.
- GOFFMAN, E. (1991 [1974]), *Les Cadres de l'expérience*, Paris, Minuit.
- HABERMAS, J. (1986 [1962]), *L'Espace public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*, Paris, Payot.
- KOSELLECK, R. (1990), *Le Futur passé*, Paris, Ed. EHESS.
- QUÉRÉ, L. (2011). “A individualização dos acontecimentos no quadro da experiência pública”. *Caleidoscópio*, 11, pp. 13-37.
- SNOW, D. (2001), “Analyse de cadres et mouvements sociaux”. *Raisons pratiques*, 12, pp. 27-49.
- SNOW, D., BENFORD, R. (1992), “Master frames and cycles of protest”. In A. Morris e C. Mueller (eds.), *Frontiers in Social Movement Theory*, New Haven, Yale University Press, pp. 133-155.
- VÉRON, E. (2006), “Os públicos entre produção e recepção: problemas para uma teoria do reconhecimento”. In J. C. Abrantes e D. Dayan (orgs.), *Televisão: das Audiências aos Públicos*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 113-126.

VIRILIO, P. (1988), *La Machine de vision*, Paris, Editions Galilée.

ARTIGOS DA IMPRENSA (ORDENADOS POR DATA)

- Isabelle Mandraud, “Tunisie: Un silence embarrassé prévaut en Europe”, *Le Monde.fr*, 06-01-2011.
- Larbi Chouikha, “Tunisie: Les révolutions de velours peuvent se faire dans un pays arabe”, *Le Monde.fr*, 14-01-2011.
- Pierre Vermeren, “Tunisie: le goût amer de la Révolution de jasmin”, *L’Express*, 14-01-2011.
- Sofia Lorena, “Presidente Ben Ali aterrou na Arábia Saudita. Tunísia: 29 dias de revolta derrubam 23 anos de ditadura”, *Público*, 15-01-2011.
- Madior Fall, “O crepúsculo dos ditadores”, *Jornal Sud Quotidien*, Dacar, 15.01.2011, in *Courrier International* n.º 181, pp. 36-37.
- Frédéric Frangeul, “D’où vient la ‘révolution du jasmin?’”, *Europe1*, 17-01-2011.
- Elodie Auffray, “Les réseaux sociaux ont été une pièce maîtresse de cette révolution”, *Libération*, 17-01-2011.
- Isabelle Mandraud, “En Tunisie, la révolution est en ligne”, *Le Monde*, 18-01-2011; “Foi-se o Ali Babá; quando irão os 40 ladrões?”, revista *The Economist*, Londres, 20-01-2011, in *Courrier International* n.º 181, março 2011, pp. 45-48.
- Slim Amamou, “Retour sur la révolution Facebook en Tunisie”, *RFI*, 25-01-2011.
- Rui Cardoso, “Mundo árabe festeja a sua primavera”, editorial *Courrier International* n.º 181, março 2011, p. 7.

JOURNAIS / REVISTA (ORDENADOS POR DATA)

- Le Monde*, 06-01-2011 (versão on-line).
- Le Nouvel Observateur*, 12-01-2011 (versão on-line).
- L’Express*, 14-01-2011 (versão on-line).
- Público*, 15-01-2011 (versão on-line).
- Le Figaro*, 25-01-2011 (versão on-line).
- Le Monde*, 26-01-2011 (versão on-line).
- Libération*, 26-01-2011 (versão on-line).
- Le Monde.fr*, 28-01-2011 (versão on-line).
- Courrier International* n.º 181, março 2011.

Recebido a 03-04-2012. Aceite para publicação a 08-01-2013.

BABO, I. (2013), “As manifestações na Tunísia e no Egito em 2010-2011. A semântica dos acontecimentos nos *media* e o papel das redes digitais”. *Análise Social*, 209, XLVIII (4.º), pp. 792-809.